



Recebido em:
27/07/2017
Aprovado em:
30/07/2017
Editor Respo.: Veleida
Anahi
Bernard Charlort
Método de Avaliação:
Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

REPERTÓRIOS ÉTNICO-RACIAIS DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE SERGIPE

MILDON CARLOS CALIXTO DOS SANTOS
ADA AUGUSTA CELESTINO BEZERRA

EIXO: 2. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS AFIRMATIVAS

RESUMO

O presente artigo é parte de uma pesquisa em andamento sobre as práticas e repertórios étnico-raciais dos professores formados no projeto de formação inicial e continuada da SEED-SE/2011: quem sou eu, quanto ao cotidiano escolar de quatro comunidades quilombolas (Mussuca, no município de Laranjeiras, Brejão dos Negros, no município de Brejo Grande, Ladeiras, município de Japoatã, Mocambo município de Porto da Folha). O objetivo é apresentar alguns repertórios étnicos culturais e educacionais, sobretudo pertinentes à formação de professores, em caráter preliminar, mas que trazem informações significativas; esses repertórios serão aprofundados no decorrer da pesquisa. Metodologicamente a pesquisa traz como abordagem uma visão sistemática dialética na perspectiva experimental pelo viés reflexivo, para além de Marx, por meio de uma ação educativa embasada em interface dos relatos autobiográficos, memórias, lembranças de leituras no cotidiano escolar e dos saberes dos docentes.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de Professores; Repertório Étnico - Racial; Comunidade Quilombola.

RESUMEN

El presente artículo es parte de una investigación en curso sobre las prácticas y repertorios étnico-raciales de los profesores formados en el proyecto de formación inicial y continuada de SEED-SE / 2011: quien soy yo, en cuanto a la cotidiana escolar de cuatro comunidades quilombolas (Mussuca, El municipio de Laranjeiras, Brejão dos Negros, en el municipio de Brejo Grande, Laderas, municipio de Japoatán, Mocambo municipio de Porto da Folha). El objetivo es presentar algunos repertorios étnicos culturales y educativos, sobre todo pertinentes a la formación de profesores, en carácter preliminar, pero que traen informaciones significativas; Estos repertorios serán profundizados en el curso de la investigación. Metodológicamente la investigación trae como enfoque una visión sistemática dialéctica en la perspectiva experimental por el sesgo reflexivo, más allá de Marx, por medio de una acción educativa basada en la interfaz de los relatos autobiográficos, memorias, recuerdos de lecturas en el cotidiano escolar y de los saberes de los docentes.

PALABRAS CLAVE: Formación de profesores; Repertorio Étnico - Racial; Comunidad Quilombola.

1. REPERTÓRIOS ÉTNICO-RACIAIS

As pesquisas recentes têm demonstrado que, ao contrário que tanto se alardeia, no Brasil, desde o século XIX, a escola pública sempre foi uma escola de negros e pobreza sendo raros os momentos e/ou instituições em que as camadas médias frequentaram

majoritariamente a escola pública. O grande apreço retórico de nossas elites políticas e intelectuais por uma escola pública que atendesse a “todas as camadas da população” não raramente transvestiu-se de um enorme esforço político por produzir “outros” como destinatários desta mesma escola pública (FARIA, 2013, p. 30).

O governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003) empenhou-se, em consonância com os movimentos sociais, tendo em vista a diversidade de grupos étnico-raciais através de promoção de políticas públicas de igualdade racial e enfrentamento à injustiça no sistema educacional brasileiro, viabilizando ações afirmativas e medidas especiais e temporárias com o objetivo de eliminar as desigualdades, práticas preconceituosas, discriminatórias e raciais no âmbito escolar.

O balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI, presente nos discursos de Frigotto (2011), revela-nos repertórios de uma política de governo contraditória, baseada na parceria do público com o privado, que *aposteriori* gerou uma dinâmica de resultados positivistas e desenvolvimentistas, apenas preocupado com ações quantitativas, não sanando a mazela social da pobreza e exclusão social na sociedade brasileira, gerando um ciclo vicioso conjuntural e estrutural. A visão fragmentada que saneou parcialmente o fosso entre dominantes e dominados no que se refere à acessibilidade e inclusão dos direitos elementares, em contrapartida às forças sociais elitistas que os produziram não foram capazes de partilhar as suas riquezas com a massa desvalida. A ideologia de uma sociedade em desenvolvimento meramente cosmético de um conteúdo simulacro disforme das tensões do mercado capitalista e sua filosofia mercantilista, clichê e alienação para as bases das relações sociais.

Considerando os debates que têm ocorrido, tanto no nível estadual quanto no federal, sobre a temática em questão e diante da promulgação da Lei nº 730; 10.639&824;2003, o Conselho Nacional de Educação aprovou o parecer CNE /CP Nº 3/2004/ Conselho Nacional de Educação &824;Conselho/DF, que instituiu as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e cultura Afro-brasileira e Africana, a serem executadas pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis e modalidades, cabendo aos sistemas de ensino, no âmbito de sua jurisdição, orientar e promover a formação de professores e supervisores no cumprimento dessas Diretrizes.

Trata-se de relevante desafio investigar quanto ao estado da implementação da Lei nº 730;10639&824;2003 no âmbito de Sergipe. É prioritário hoje buscar, a partir de pesquisa, os procedimentos executados pela Secretaria de Estado de Educação para atender o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5; I, Art. 210, Art. 206, I, bem como nos Art. 26 e 79B Lei 9.394&823; 96 de Diretrizes e Base da Educação Nacional, que assegura o direito à igualdade de condições de vida e cidadania, assim como assevera igual direito a história e às culturas que compõem a nação brasileira, além do acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos os brasileiros.

A partir da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban, África do Sul, de 31 de agosto a 7 de setembro de 2001, políticas públicas são instituídas nesse sentido, sendo o Estado brasileiro signatário da Declaração e do Plano de Ação resultantes desta conferência.

Em que pesem os esforços para que conquistas fossem garantidas no âmbito legal, a realidade não se mostra, ainda hoje, tão promissora para as crianças brasileiras, em especial para as crianças negras. De acordo com dados da UNICEF (2010), a média nacional de 38,6% de crianças fora da escola esconde a iniquidade entre as crianças brancas para quem o dado é mais favorável 36,1%; entre crianças negras, porém, 41% não frequentam a pré-escola. Essa disparidade demonstra a desigualdade entre brancos e negros desde o início da escolaridade.

Junta-se a preceitos análogos ao Art.26 e 26ª da LDB, como os das Constituições Estaduais da Bahia (Art. 175, IV e 288), do Rio de Janeiro (Art.303), de Alagoas (Art.253) assim como de leis orgânicas tais como de Recife (Art. 138), de Belo Horizonte (Art. 182, VII), a do Rio de Janeiro (Art. 321, VIII) , além de leis ordinárias como lei Municipal nº 730;7685, de 17 de Janeiro de 1994, de Belém a Lei Municipal nº 730; 2.251, de 30 de novembro de 1994, de Aracaju e Lei Municipal nº 730;11.973, de 4 de janeiro de 1996, de São Paulo. Belém – Lei Municipal nº 730; 76. 985, de 17 de Janeiro de 1994, que “Dispõe sobre a inclusão no currículo escolar da Rede Municipal de Ensino, na disciplina História, de conteúdos relativos ao estudo da Raça Negra na Formação sociocultural brasileira e dá outras providências. Junta-se também ao dispositivo no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.096, de 13 de Janeiro de 1990), bem como nos Plano Nacionais de Educação (Lei 10.172, de 9 de Janeiro de 2001 e Lei Nº 13.005, de 25

de junho de 2014 (2014-2024).

Todos esses dispositivos legais e a proposta do Movimento Negro ao longo dos séculos XX e XXI, apontam projetos de valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como competências de relações étnico-raciais. É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional.

O currículo multicultural, proposto por Silva (2001), é reflexo de política curricular fundada em dimensões epistemológicas, históricas, sociais, culturais e antropológicas, oriundas da realidade brasileira e busca na formação do cidadão combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Sua proposta contempla, dentre outras ações, a divulgação de políticas de ações afirmativas que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial, descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos, para interagirem na construção de uma sociedade democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada, o que, de algum modo contribui para a universalidade da proposta de políticas de formação docente e discente.

Isso transforma a tarefa da teorização curricular crítica em um esforço contínuo de identificação e análise das relações de poder envolvidas na educação e no currículo. Quais são as relações de classe, etnia, gênero, que fazem com que o currículo seja o que é e que produza os efeitos que produz Qual o papel dos elementos da dinâmica educacional e curricular envolvidos nesse processo Qual

o nosso papel, como trabalhadores culturais da educação, nesse processo Saber que o poder não é apenas um mal, nem tem uma fonte facilmente identificável, torna, evidentemente, essa tarefa mais difícil, mas talvez menos frustrante, na medida em que sabemos que o objetivo não é remover o poder de uma vez por todas, mas combatê-lo, sempre (MOREIRA; SILVA, 2001, p.30).

Considerando a relevância desta pesquisa, evidenciou-se a necessidade de escrutinar o banco das dissertações e teses em educação que aglutinam pesquisas em torno da formação de professores para as relações étnico-raciais. Portanto, contemplou-se este criterioso processo, através do levantamento bibliográfico por meio da internet, utilizando as bases de dados de periódicos CAPES/MEC e da biblioteca digital de Teses e Dissertação da UFS e UNIT. A seleção dos trabalhos atendeu aos seguintes critérios de inferência: textos publicados na íntegra, disponíveis on-line e publicações redigidas em português. Nessa busca, consultamos um número de 6.201 teses e dissertações na base de dados da CAPES/MEC; os programas de pós graduação em educação da UFS 293 e da UNIT são 96 disponíveis, sendo ainda uma lacuna na segunda uma vez que apenas dois registros foram encontrados.

Desse universo apenas 10 guardam afinidade com a formação de professores da educação básica, com ênfase às relações étnico-raciais, ou seja, 0,12%. Assim confirma-se a relevância da pesquisa proposta, pois vem no sentido de contribuir para superação dessa lacuna.

Quadro 1- Teses e dissertações sobre a formação de professores para a educação das Relações Étnico-Raciais

TITULO	AUTOR	LOCAL	ANO	RESUMO
Etnias e educação: trajetórias de formação de professores frente à complexidade das relações étnicas no cotidiano escolar	RIBEIRO, Rosa Maria Barros	UNICAMP	2001	O trabalho trata de formação de Professores a partir do lugar do cotidiano, diante da complexidade das relações étnicas.

A formação de professores para uma sociedade multicultural	XAVIER, Gisele Pereli de Moura	UFRJ	2001	A formação de professores, seja ela inicial continuada, constitui-se como uns lócus privilegiados, não só para refletir essas questões, e avanços no trato da diversidade cultural no contexto escolar.
Alagoas Atlântica, diversidade cultural e formação de professores: um currículo em processo	MOURA, Severina Martyr Lessa de	UFAL	2003	A pesquisa fez referência ao projeto Alagoas Atlântica, uma experiência da Secretaria Municipal de Educação do município de Maceió - SEMED, desenvolvida no ano letivo de 1999, na área da história e da geografia, quando os conteúdos da formação continuada de professores das primeiras séries do ensino fundamental tendo como referência o currículo escolar.
Formação continuada para diversidade étnico-racial- desafios pedagógicos no campo das ações afirmativas na rede municipal de ensino de Florianópolis	DIAS, Karina de Araújo	UFSC	2011	Pesquisa sobre os cursos de formação continuada na perspectiva da Educação para relações étnicas raciais promovidas pela rede municipal de ensino de Florianópolis no período de 1994-2010.
Formação continuada de professores/as e relação étnico-raciais / AFROUNEB: experiências narradas em Santo Antônio de Jesus/BA	SILVA, Luiz Gustavo Santos da	UNEB	2011	O estudo se propôs analisar as experiências com as questões étnicas raciais de seis professores das séries finais do ensino fundamental que passaram pela formação continuada de professores do programa afrouneb, ocorrido em 2006, na cidade de Santo Antônio de Jesus /BA.
De docência e militância: a formação de educadores étnicos num programa da Secretaria Municipal de Educação de Campinas - 2003 a 2007	QUEIROZ, Wilson	UNICAMP	2012	A dissertação trata da temática étnico-racial a partir de experiência em um programa da rede municipal da cidade de campinas o programa MIPID- memória e identidade: promoção da igualdade na diversidade.
Implicações da formação para o				A formação docente a distância ensejou a criação de um novo espaço para a

ensino de história e cultura afro-brasileiras à distância	BARROS, Zelinda dos Santos	UFBA	2013	abordagem de conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileiras, ampliando as possibilidades de estudo da etnicidade.
Formação de professores e diversidade cultural: experiência atual e uma lição do passado	MENEZES, Patrícia da Costa	UFRJ	2013	Esta pesquisa nos convida a participar do diálogo entre formação docente, diversidade cultural e pesquisa à luz do Multiculturalismo em Educação. Tal olhar articula a discussão de formação de professores a partir da perspectiva que privilegia o múltiplo, o plural, as identidades marginalizadas e silenciadas, no cotidiano educacional.
Da escola no quilombo a identidade quilombola na escola municipal Etelvina Amélia de Siqueira Alves (Amparo do São Francisco 2011-2012)	NASCIMENTO, Ana Cristina do	UNIT	2013	O estudo verificou o sentido de identidade utilizado na formação continuada oferecida pela Secretaria de Estado da Educação em parceria entre comunidade, escola, SEED e SEMED.
O cotidiano escolar da EMMGR – Serra da Guia Poço Redondo Sergipe (Comunidade Quilombola)	SANTOS, Mildon Carlos Calixto	UNIT	2013	A pesquisa identifica o cotidiano de uma escola pública municipal de educação básica que desenvolve o ensino fundamental com ênfase nas identidades, diversidade cultural.

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES/MEC.

Esta pesquisa pretende investigar as políticas públicas étnico-raciais na formação de professores da educação básica do Estado de Sergipe. Embora apresentem distorções cognitivas em seu bojo epistemológico, histórico, político e cultural, oriundos de resquícios ideológicos racistas, discriminatórios e preconceituosos da construção política como arquétipo das práxis ou consciência referendada pelo sujeito cognoscente, do estado tirânico e opressor. É possível a reestruturação e organização das diretrizes públicas pedagógicas e das práticas formativas que dialogam com os anseios radicais de uma dialética da profissão docente, sem perder a visão crítica sistematizada da dinâmica de pensar a realidade étnico-racial no cotidiano escolar.

Advogamos que a consciência reflexiva do professor como sujeito do conhecimento na atividade didático - pedagógica de análise e síntese, de representações simbólicas de signos é significativa, apoie-se no método dialético fundamentando a vivência e a pluralidade das representações cultural, filosófica e antropológica da dinâmica social contemporânea. Nessa perspectiva são identificadas as ambivalências da sociedade capitalista, neoliberal globalizada, de modo combativo visando à autonomia no enfrentamento da violação aos direitos dos trabalhadores diante do que preconizam as políticas públicas de formação de professores (inicial e continuada), de base científica e igualitária, a partir do compromisso social para com a educação de qualidade para todos os excluídos da sociedade

brasileira e, em particular, da sergipana. Defende-se uma educação de qualidade social extensiva a todos os cidadãos, sobretudo o negro vítima de práticas omissivas e eurocêntricas presentes na sociedade, que atravessam o chão da escola, estigmatizando a população afro-brasileira e Africana, desse modo confrontando as forças progressistas de educadores.

2. REPERTÓRIOS ESCOLARES ÉTNICO-RACIAIS

A escola ao silenciar sobre as dinâmicas das relações raciais tem permitido que seja transmitida aos (as) alunos (as) uma pretensa superioridade branca, sem que haja questionamento desse problema por parte dos profissionais da educação e envolvendo o cotidiano escolar em práticas prejudiciais ao grupo negro.

Silenciar diante do problema não apaga magicamente as diferenças e, ao contrário, permite que cada um construa a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipado do outro que lhe é diferente. Esse entendimento acaba pautado pelas vivências sociais de modo acrítico, comparando a divisão e a hierarquização racial. Reconhecer esse problema e combatê-lo no espaço escolar é imprescindível. É necessária a promoção do respeito mútuo, o respeito ao outro e reconhecimento as diferenças. Implementando medidas que vise combate ao racismo e a estruturação do projeto político pedagógico que valorize o pertencimento racial dos alunos negros quilombola da educação básica do Estado de Sergipe.

Partindo da tomada de consciência dessa realidade, sabemos que nossos instrumentos de trabalho na escola e na sala de aula, isto é, os livros e outros materiais didáticos visuais e audiovisuais, carregam os mesmos conteúdos viciados, depreciativos e preconceituosos em relação aos povos e cultura não oriundos do mundo ocidental. Os mesmos preconceitos permeiam também o cotidiano das relações sociais de alunos entre si e de alunos com professores no espaço escolar (MUNANGA, 2008, p.11).

Ao direcionar o olhar para a escola, como microcosmo desse espaço mais amplo, que é a sociedade, ela é ainda predominantemente eivada de concepções contraditórias e as práticas nela processadas, de modo geral ainda se prestam a uma versão homogeneizada da sociedade e a um tratamento racista para com a parcela majoritária da sociedade como exemplo, temos os discursos incorporados por parte significativa dos sujeitos desse espaço que referenda a versão branco Centrica euro-norte-americana da história e da sociedade.

Ainda somos colocados sob a ótica cristalizada de apêndice da história, de portadores de subculturas, de peças de um passado eternizado na imagem das diferenças, como povos selvagens primitivos como afirma a antropóloga da Universidade de São Paulo Lília Moritz Schwartz ao tratar do “espetáculo das raças”.

A educação escolar, embora não possa resolver tudo sozinha, ocupa um espaço de destaque. A sociedade sergipana é plural, étnica e culturalmente, desde os primórdios de sua formação pela força colonial; só podemos fazê-la democraticamente respeitando a diversidade do povo, ou seja, as matrizes étnico-raciais que deram ao Brasil atual sua feição multicolor composta de índios, negros, orientais, brancos e mestiços.

Uma educação de qualidade tem sido a bandeira de luta de movimentos sociais, organizações da sociedade civil, governos em suas diferentes esferas. Assim, equidade significa não apenas garantir acesso universal à escola, mas, principalmente, que a permanência e sucesso na trajetória escolar ocorram em um ambiente propício, com base num projeto político-pedagógico e num currículo que respeite a diferença e a diversidade, reconhecendo que o espaço escolar representa um espaço público de oportunidades para as transformações éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais.

Não obstante a oficialização da Lei nº 730; 10.639 & 824; 03 e de uma educação para a diversidade e relações étnico-raciais, esta prática contínua envolta a tabus, sendo transmitida de modo eventual em datas comemorativas. Será o preconceito velado que impede de tornar cotidianas essas ações ou é a falta de interesse em pesquisar o assunto. Muitas vezes, os professores utilizam-se do argumento da não preocupação, da não formação em torno da questão referente à diversidade étnico-racial.

Embora proceda, em parte, esse argumento não pode servir para justificar a opção pelo silenciamento e o não questionamento diante das questões de exclusão, preconceito, discriminação racial, presentes na sociedade sergipana, que atribuem às diferenças da população negra descendentes de africanos representações e sentidos que a desqualificam e inferiorizam.

Além da educação escolar, a sociedade desenvolve múltiplas práticas sociais e culturais que mantêm a cultura hegemônica e a atribuem à população negra uma visão inferiorizada. Como a escola pode se contrapor e oferecer possibilidades para que as crianças, adolescentes e jovens negros construam uma identidade, uma imagem de si mesmo e do outro (alteridade) ressignificando os valores culturais Como promover a construção dos valores multiculturais numa sociedade que se tem pautado pela exclusão e discriminação Essas são as questões norteadoras dessa pesquisa.

Os repertórios étnico-raciais implicam que os professores trabalhem dialeticamente, em meio a ideologias opostas (da cultura europeia dominante e das culturas negras). Requer dos professores um claro entendimento de que educar estudantes afrodescendentes é mais que prepará-los para um sucesso individual; é prepará-lo para a sobrevivência: da própria pessoa, da família, da comunidade e das outras pessoas.

A realidade aqui exposta se faz presente também nos livros didáticos nos quais o povo africano aparece em condições isoladas, de desvantagens, inferioridade ou de submissão, construindo estereótipos no imaginário dos alunos. Dessa forma inviabiliza-se o conhecimento da cultura considerada civilizada do povo africano, reduzindo-o, o simplesmente, a um estereótipo de primitivo incapaz, desrespeitando-se assim as origens da população negra a mestiça.

Emerge então, neste contexto, a questão do preparo do professor quilombola em lidar com situações de discriminação étnico-racial, compreender o alcance e as repercussões que estes acontecimentos possam vir a ter no autoconceito do aluno e, em consequência, no seu rendimento escolar e na vida.

O desenvolvimento desse estudo propõe-se a dar visibilidade a essa questão no campo das políticas públicas, visto que no texto da Lei 10.639 &824; 2003 e no Plano Nacional para Diretrizes Curriculares para Educação Étnico Racial, Estatuto da Igualdade Racial, Lei n&730; 12.288 &824; 10, é sugerida a formação continuada de professores e estabelecida a obrigatoriedade do ensino de História Geral da África e da História da População Negra no Brasil, observado o dispositivo na Lei n&730; 9.394 &824; 96, em consonância com Plano Nacional de Educação (2014-2024) Lei nº 13.005, de 25 de junho 2014 que instituir, uma articulação com os estados, os municípios e Distrito Federal, programa nacional de formação de professores e alunos para promover e elevar a escolaridade média da população, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos vinte e cinco por cento mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infra estrutura física da rede escola. Novas diretrizes de formação de professores da educação básica.

O protótipo desse tema encontra-se na confluência de vários campos de estudos disciplinares: Educação, Psicologia, História, Linguística, Sociologia, estudos sobre relações raciais étnico-racial, estudos sobre História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica. A questão tem mobilizado diversos atores: governantes, técnicos, legisladores, educadores, militantes de movimentos sociais mídia pesquisadores. Para Abrahão (2009) outra forma de verificar a situação das desigualdades na educação é comparar o acúmulo de escolarização entre negros e brancos por categorias selecionadas – 1992 a 2007. De acordo com PNAD/IBGE (2010), que considera a raça negra composta de pretos e pardos, a população negra tem mais analfabetos (14,1%) que a população branca (6,1%), embora a velocidade da redução da taxa apresente-se maior para os negros, em média de 0,79 ao ano, ao passo que para os brancos foi de 0,28 ao ano.

Em Sergipe, desde 2003, a partir da lei nº 10.639/03, a Secretaria de Estado da Educação, limitou-se à criação do NEDIC – Núcleo de Educação, da Diversidade e Cidadania, em 2006, para trabalhar com a implementação dessa Lei. A perspectiva de trabalho foi a de assessorar as comunidades quilombolas, as escolas em educação ambiental e a comunidade indígena Xokó. Segundo a coordenadora do Núcleo, efetivamente, somente em 2007 foram feitos Fóruns nas Diretorias Regionais de Educação (10) para sensibilizar as equipes diretivas e professores, cuja culminância foi o I Simpósio da área.

No ano de 2008 ocorreu o Diálogo Nordeste para discussão de como implementar a referida lei, ao tempo em que a

equipe trabalhava na elaboração do Manual Étnico racial de sugestões metodológicas e a estruturação do Fórum Permanente de Educação para as Relações Étnico raciais, instalado no mês de agosto desse mesmo ano, composto com diversas instituições governamentais e não governamentais. Já em 2009 foram feitos dez (10) Encontros Pedagógicos nas Diretorias Regionais, houve a entrega de *kit* composto de quatro (04) livros para as quatrocentas unidades de ensino com o intuito de auxiliar os professores nas pesquisas para melhor inserção da temática nos diversos temas ou assuntos nas disciplinas.

Essa equipe do NEDIC reconhece que apesar de a Lei ter sido aprovada, não houve a aceitação por parte dos professores e a institucionalização nos Projetos Políticos Pedagógicos de cada Unidade de Ensino, mesmo com o trabalho efetivo da SEED. Considerando ainda o trabalho de sensibilização da SEED para informar as equipes e suas referidas escolas acerca da lei, percebe-se que não houve uma disseminação da proposta de mudança e/ou alteração de conteúdos com as temáticas de História e Cultura Africana e Afro-brasileira e História do Negro no Brasil.

Em relação aos Quilombos em Sergipe, segundo a Fundação Cultural Palmares- FCP até o ano de 2008, o número de comunidades remanescentes quilombolas identificadas e certificadas são em número de quinze (15): Comunidade Quilombola Pontal dos Crioulos, Comunidade Quilombola Patioba, Comunidade Quilombola Caraíbas, Comunidade Quilombola, Comunidade Quilombola de Ladeiras, Comunidades Quilombolas Luzienses, Comunidade Quilombola de Desterro, Comunidade Quilombola de Serra da Guia, Comunidade Quilombola de Catuabo, Comunidade Quilombola de Pirangi, Comunidade Quilombola de Pontal da Barra, Comunidade Quilombola da Maloca (única comunidade urbana do Brasil, localizada no Bairro Cirurgia, em Aracaju/SE – antiga Baixa Fria), Comunidade Quilombola de Brejão dos Negros, Comunidade Quilombola da Mussuca, Comunidade Quilombola de Mocambo.

Em princípio, identificam-se possíveis entraves para o não cumprimento da formação continuada de professores do Estado Sergipe nessa temática, via políticas públicas étnico-raciais, a partir da minha condição de sujeito no processo: ausência de um plano de carreira docente, salários e condições de trabalho indignos para os professores e melhores condições de vida para as crianças negras e seus familiares, o desconhecimento sobre História da África, Geografia da África e Cultura Africana, disciplinas que devem ser colocadas nos currículos das universidades; preconceito velado intrínseco que o professor traz em sua história de vida, rotatividade de professores na unidade de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível perceber que as políticas de formação docentes da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe para atender aos professores que visam trabalhar com as políticas públicas étnico-raciais dentro da sala de aula da rede pública e municipal de ensino é desprovida de conhecimento científico cultural, pedagógico e didático, apresentando puramente diretrizes intelectuais, teóricas e metodológicas de cunho prático positivista, partindo de concepções técnicas, não respeitando a identidade cultural dos povos negros, afros brasileiros e africanos, o que dificulta o entendimento em torno das questões para a diversidade, identidade e alteridade nas respectivas unidades escolares.

A falta de professores qualificados para a atuação e modificação desse cenário, a carga de preconceito e resistência que trazem de sua vida pessoal e profissional, e ainda a resistência dos alunos em se reconhecerem como negros ou mesmo afro descendentes, demonstra o quanto a institucionalização da educação étnico-racial (inserir no Projeto Político Pedagógico - PPP da escola e currículo) enfrenta barreiras. Daí a importância sólida da construção via currículo, base de sustentação afro-cidadã.

No entanto, no ensino básico da rede pública do Estado de Sergipe observam-se também fatores favoráveis a essa institucionalização da formação continuada de professores para implementação políticas públicas étnico-raciais; primeiro, por ser uma comunidade escolar em que no seu universo temos a predominância majoritária de afro descende, ou seja, o próprio contexto favorece essa introdução curricular e, segundo, por ter no Estado de Sergipe forte tradição cultural africana que, em seu patrimônio histórico, vem sendo vivenciado através de seu repertório social afro-brasileiro e africano.

Embasado nestas implicações nosso estudo lança mãos dos questionamentos já expostos, acrescentando mais uma indagação a essa realidade descrita: Quais as competências que o professor necessita adquirir, ou seja, apreender, para trabalhar pedagogicamente com autonomia, identidade social e habilidades científica - profissional em torno das políticas públicas étnico-raciais.

Nesse contexto, Bauman (2001) elucida que em nossos dias o mercado de consumo tornou-se o parâmetro que motiva todas as dimensões da vida, assim como o empreendimento da ordem era à base do espírito moderno. A liberdade de consumo assume maior importância do que qualquer outro ato de liberdade. Nessas circunstâncias as desigualdades sociais afloram de forma evidente entre os estados e também no interior de cada conjunto social ambivalente. Essas situações fizeram do mundo pós moderno um lugar onde a desregulamentação e desestabilização se tornaram gerais. As condições de estabilidade sociais nas diversas áreas tornam nosso mundo atual algo extremamente incerto. As coisas encontram-se em contínua mudança. O exemplo das transações provenientes do mercado de consumo, onde se faz necessário estar mudando continuamente para atender às exigências dos consumidores e ainda para não se ser superado na competitividade à qual se está submetido, perdendo a oportunidade de ganho, também as relações entre os indivíduos passam a ser regidas por esses princípios de mutabilidade e busca de ganho e de vantagens.

No postulado contra a revalorização do socialismo utópico e o materialismo histórico (THOMPSON, 1981, p.43) estabelece uma inter-relação fenomenológica intrínseca entre os procedimentos empíricos disseminando uma rachadura epistemológica da complexidade dos “diálogos” da modernidade entre o ser social e a consciência social, da origem da experiência. A questão crítica suscitada concerne à teoria do conhecimento em sua relação com os fatos isolados com a legitimidade dialética da práxis do conhecimento histórico. Portanto a contribuição crítica de Thompson para nossos estudos é importante uma vez que o referido autor analisa a corrente estruturalista de Althusser permitindo o desencadeamento histórico estratificado em concepções da práxis social cuja cosmovisão de produção mecanicista sobre a órbita da causa e efeito. Paradoxalmente os fatos humanos criam seus próprios elementos dando ao mesmo sentido mutante mediante oposições que ocupas, enquanto o ser do ente social, a mobilidade e clarividência temporal e histórica.

REFERÊNCIAS

ALONSO, ngela. **Ideias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil - Império. São Paulo: Paz e Terra,2002.

APIAH, Kwame. **Na casa do meu pai**: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**; Trad. Mauro Gama. Cláudia Martinelli. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

BEZERRA, Ada Augusta Celestino. **Gestão democráticas da construção de uma proposta curricular no ensino público**: a experiência de Aracaju. Fortaleza: Edições UFC,2016.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

BRASIL. **Lei Nº 9394. LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996.

____. **Lei Nº 10639**, de 9 de janeiro de 2003.

____. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana**. CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004.

____. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal Nº 10.639/2003. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Brasília. Coleção Educação para todos, 2005.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares nacionais**: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília, DF. MEC/ SEF. 1997.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1997.

DUMONT, Louis. **Homomo hierarchicus**: Sistema das castas e suas implicações. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo,2008.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **Pensadores sociais e história da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI In: **Revista Brasileira de Educação**, v.16/n.46, jan./abr.2011. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da Cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Trad. de Ana Maria Bernardo e outros; Lisboa: Dom Quixote 1990.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LE GOOF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. 6. Ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2012.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. 933 p. Título original: Das Kapital. Vol. II, Livro 1.

MOMBERGER, Christine Delory. **Biografia, corpo e espaço**. In: PASSEGGI, Maria da Conceição. Tendências da pesquisa (auto) biográfica. Natal: EDUFRRN; São Paulo: Paulus, 2008.p.93-110.

MOREIRA, Antônio Flávio & SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1995.

MUNANGA, Kabengele. (Org.) **Superando o racismo na escola**. 2. Ed. Brasília Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

PINEAU, Gaston. **Temporalidade na formação**. São Paulo: Triom, 2004.

SAHLINS, Marshall. **História e cultura apologias a tucídides**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SANTOS, Mildon Carlos Calixto dos & BEZERRA, Ada Augusta Celestino. **Cotidiano escolar quilombola**. Fortaleza: Edições UFC, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil – 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

THOMPSON, E.P., **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

REFERÊNCIAS

ALONSO, ngela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil - Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

APIAH, Kwame. **Na casa do meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**; Trad. Mauro Gama. Cláudia Martinelli. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

BEZERRA, Ada Augusta Celestino. **Gestão democráticas da construção de uma proposta curricular no ensino público: a experiência de Aracaju**. Fortaleza: Edições UFC, 2016.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

BRASIL. **Lei Nº 9394. LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996.

____. **Lei Nº 10639**, de 9 de janeiro de 2003.

____. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana**. CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004.

____. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal Nº 10.639/2003. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Brasília. Coleção Educação para todos, 2005.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília, DF. MEC/ SEF. 1997.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1997.

DUMONT, Louis. **Homomo hierarchicus: Sistema das castas e suas implicações**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **Pensadores sociais e história da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI In: **Revista Brasileira de Educação**, v.16/n.46, jan./abr.2011. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da Cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Trad. de Ana Maria Bernardo e outros; Lisboa: Dom Quixote 1990.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LE GOOF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. 6. Ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2012.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. 933 p. Título original: Das Kapital. Vol. II, Livro 1.

MOMBERGER, Christine Delory. **Biografia, corpo e espaço**. In: PASSEGGI, Maria da Conceição. Tendências da pesquisa (auto) biográfica. Natal: EDUFRRN; São Paulo: Paulus, 2008.p.93-110.

MOREIRA, Antônio Flávio & SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1995.

MUNANGA, Kabengele. (Org.) **Superando o racismo na escola**. 2. Ed. Brasília Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

PINEAU, Gaston. **Temporalidade na formação**. São Paulo: Triom, 2004.

SAHLINS, Marshall. **História e cultura apologias a tucídides**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SANTOS, Mildon Carlos Calixto dos & BEZERRA, Ada Augusta Celestino. **Cotidiano escolar quilombola**. Fortaleza: Edições UFC, 2016.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil – 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

THOMPSON, E.P., **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

